

O ENFRENTAMENTO À LGBTI+FOBIA NA REALIDADE BRASILEIRA: UMA ENTREVISTA COM O “PROFESSOR FONTOURA” DO CPTL/UFMS

COMBATING LGBTI+PHOBIA IN BRAZIL CONTEXT: AN INTERVIEW WITH “PROFESSOR FONTOURA” FROM CPTL/UFMS

Valdeci Luiz Fontoura dos Santos¹

Felipe Bernardino da Silva Lucas²

Gerson dos Santos Farias³

Eugenia Brunilda Opazo Uribe⁴

Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças, estabelecendo um marco histórico que deu origem ao Dia Internacional de Combate à LGBTI+fobia. Contudo, passados 35 anos desta decisão, a realidade brasileira ainda confronta a decisão sanitária com a brutalidade social: os índices de violência contra pessoas que superam a cisheteronormatividade permanecem alarmantes.

Por sua vez, a transexualidade foi oficialmente retirada da categoria de “transtornos mentais” do CID pela OMS em junho de 2018. Iniciou-se a adoção da CID-11 em maio de 2019 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022. Nesta CID a transexualidade não é mais classificada de modo patologizado, foi reclassificada em uma nova categoria chamada saúde sexual com o código HA60 que designa a condição incongruência de gênero. A mudança é importante para o conjunto da população LGBTI+ no mundo como um todo e principalmente no Brasil, que está em implementação desta reconcepção até janeiro de 2027.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: valdeci.fontoura@ufms.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7405-8251>

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: f.bernardino@ufms.br

 <https://orcid.org/0009-0008-3240-2414>

³ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: gerson.farias@uesb.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5941-8095>

⁴ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: eugenia.uribe@ufms.br

 <http://orcid.org/0000-0002-9517-0007>

● Informações completas no final do texto

Para Goetz e Campo (2021), a LGBTI+fobia opera como um mecanismo de desumanização do outro e se configura como expressão do machismo (Okita, 2015) que impõe modelos de gênero, performance de gênero e coíbe a livre expressão das diversas identidades e orientações. Sob essa ótica, a omissão de educadoras e educadores, médicas e médicos, enfermeiras e enfermeiros, entre outros profissionais diante dessa discriminação não é neutralidade, mas conivência. Para tencionar este debate e refletir sobre o papel da formação universitária no enfrentamento a essas violências, editores da Revista Ensin@ UFMS convidaram para esta entrevista o Professor Fontoura, do Campus de Três Lagoas (CPTL/UFMS), conhecido pela sua atuação na formação de professores, mais especificamente na área de Didática.

Mestre em Educação pela UNESP e Professor Adjunto da UFMS na área de Didática, o Professor Fontoura coordena, em parceria, a Linha de estudos e pesquisas em Ensino, Educação para a Sexualidade e Artes (EnEduSA) no Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores (GForP). Sua legitimidade para abordar o tema reside na intersecção entre a pesquisa acadêmica e o ativismo social: é membro base da Associação Nacional de Didática e Prática de Ensino (ANDIPE), militante da Aliança Revolucionária dos Trabalhadores (ART), da Associação Três-Lagoense de Gays, Lésbicas, Transexuais e Travestis (ATGLT), atua no Comitê de Defesa e Promoção da Saúde da População LGBTI+ e já representou a categoria docente (ADUFMS, S.S. do ANDES-SN) no Conselho Municipal da Diversidade Sexual de Três Lagoas⁵, Mato Grosso do Sul.

A entrevista foi estruturada em etapas/momentos, iniciando com um processo de conceituação dos principais termos utilizados, apresentação de alguns dados nacionais e regionais sobre a violência contra a comunidade LGBTI+, a relação da temática abordada neste texto com a formação de professores, bem como um depoimento sobre a experiência pessoal na atuação como docente do CPTL/UFMS e, por fim, a possibilidade de desenvolvimento de ações institucionais e sua importância.

Pergunta 1: Para iniciar a entrevista, gostaríamos de pedir para conceituar alguns termos como LGBTI+, identidade de gênero, orientação sexual, LGBTI+fobia e

⁵ O único conselho municipal existente no estado de Mato Grosso do Sul.

cisheteronormatividade, entre outros, utilizados na atualidade? É possível situá-los teórica e politicamente, abordando limitações e, inclusive, possíveis controvérsias ou críticas.

Resposta: Começo agradecendo o convite da ENSIN@ UFMS para a realização desta entrevista e ao mesmo tempo parabenizo seu conselho editorial e o conjunto de editores pela opção política de abordar esta temática neste meio de comunicação científica.

Adiando que toda conceituação é breve, provisória e limitada e tentarei fazê-lo mais a partir do seu uso por parte de nossa população, e de sua história de luta, do que propriamente das categorias conceituais dos autores que adoto para compreender o fenômeno da LGBTI+fobia.

Inicialmente, para conceituar a “**sigla/palavra ônibus**” **LGBTI+** precisamos olhar para a história da luta da população LGBTI+ por direitos e respeito. Muitos dos que leem essa entrevista não ouviram, e provavelmente também não leram algo, nas diversas disciplinas em sua educação formal sobre a Revolta de Stonewall. Não é para menos, a História do Movimento LGBTI+, e sua luta, são invisibilizadas, tanto na escola e na universidade, quanto em outros espaços da nossa sociedade por conta da LGBTI+fobia.

A Revolta de Stonewall é um marco mundial da luta LGBT e ocorreu em 1969, em Nova York, Estados Unidos. Stonewall Inn, bar simpático ao público LGBT e que existe até os dias atuais, sempre sofreu inúmeras batidas policiais, porém, certa vez, seus frequentadores reagiram, com destaque para as lideranças travestis (Sylvia Rivera e Marsha P. Johnson, por exemplo) na resistência à repressão policial.

O mote desta histórica revolta perpassa a questão dos direitos humanos, especificamente no campo das liberdades individuais/sexuais e também da luta de classes, pois a grande maioria dos revoltosos pertencia às camadas populares, muitos, inclusive, estavam em condição de rua.

A repressão, desmedida, resultou em pancadaria e violência desmedida com várias prisões de manifestantes. Okita destaca que “houve quatro noites de confrontos violentos entre a polícia e homossexuais nas ruas de Nova Iorque” (2015, p. 64) resultando no avanço da organização LGBTI+ naquele contexto com a fundação da Frente de Liberação Homossexual que muito fez pela luta por direitos civis para a população LGBTI+ dos Estados Unidos e também para todo o mundo.

No ano seguinte, 1950, a Revolta foi comemorada com a marcha de 10 mil homossexuais (Okita, 2015) protestando contra a discriminação, gritavam eles: Ser homossexual é bom. Nestas últimas cinco décadas, os “herdeiros de Stonewall” lutaram, e seguem em luta, no mundo inteiro contra o obscurantismo, contra o nazi-facismo, contra o todo e qualquer fundamentalismo religioso fazendo assim resistência às mais diversas práticas vis do que atualmente denominamos LGBTI+fobia.

As paradas LGBTIs, no mundo, são fortes e avançam em uma luta, sem tréguas, contra o ódio. Lésbicas, Gays, Bis, Travestis, Transexuais e muitos outros lutam por direitos básicos: saúde, educação, trabalho, segurança, etc...

Na escola e na universidade, no mundo do trabalho como um todo, na saúde e também nos meios de comunicação, lutamos todos os dias reivindicando o devido respeito à nossa condição. No caso da realidade brasileira, as paradas LGBTI+, herdaram a tradição de Stonewall e são numerosas e extremamente politizadas. São momentos em que se reforça o compromisso com a luta contra a opressão.

Ecos da Revolta de Stonewall “podem” ser ouvidos toda vez que LGBTI+ se organizam e promovem atividades de visibilização da causa, são formas de manter viva a esperança e a luta por um outro mundo em que a LGBTI+fobia não exista. Neste cenário temos a realidade em Três Lagoas que conta com uma das mais combativas organizações de luta que conheço que é a ATGLT, presidida pelo pedagogo e ativista Edimilson⁶. Sua luta pessoal e de muitas LGBTI+ resultou na construção do espaço político materializado pelo Conselho Municipal da Diversidade Sexual e pelo Comitê em defesa da Saúde da População LGBTI+.

Assim, por LGBTI+⁷ pode-se compreender a forma organizada reconhecida pelos movimentos organizados para designar uma população que tem em comum o

⁶ Edimilson Cardoso da Cruz é Pedagogo pela UFMS e Mestre em Educação pela UEMS. Atua como pedagogo na Secretaria de Assistência Social da prefeitura municipal de Três Lagoas desenvolvendo vários trabalhos, entre eles coordena o NECAS (Núcleo de Capacitação da Assistência Social) e preside o Conselho Municipal da Diversidade Sexual de Três Lagoas além de ser o responsável direto pela instalação do Comitê para a defesa e promoção da Saúde da População LGBTI+ da mesma cidade vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

⁷ Só a sigla daria uma entrevista a parte, hoje sabemos que a sigla usada pelo movimento organizado tem tensões de inserção de outras letras, como por exemplo o Q de *Queer* que é uma teoria e também uma ressignificação nos países anglo-saxónicos que significa “estranho”. Mas do conjunto de letras, a letra A que representa os Assexuais é a mais interessante de destacar pois nossa sociedade tem dificuldades extremas de compreender que existem pessoas que não são adeptas de práticas sexuais, ainda queremos classificar as pessoas assexuais como aqueles que precisam de algum tipo de tratamento para viver plenamente suas vidas sexuais, ao que os assexuais asseveram como imposição. Vale ver a página assexualidade.com.br, uma das mais completas que conheço desta comunidade que sim, faz parte da população LGBTI+.

enfrentamento do preconceito que designamos como expressão do machismo partido de Okita (2015) que não exclui outras possibilidades de orientação, identidade e/ou condição.

L de lésbicas, G de gays e goys, B de bissexuais expressam orientações afetivo-sexuais, o T de travestis/transexuais/transgêneros expressa identidades e o I, não só exclusivamente, representa a condição de muitos de nós que não estão nas extremidades da cadeia genética de sexualidade humana pois sabemos que XX e XY são os pontos extremos que compreendem muitas mais possibilidades de intersexualidades.

Esta sigla/palavra ônibus está em constante ampliação, dados os avanços da pesquisa científica na compreensão da sexualidade como fenômeno diverso, bem como as contribuições da antropologia, pois sexo também é poder e este interfere nas orientações que historicamente negamos ou não reconhecemos como a ideal.

Neste sentido identidade de gênero e orientação/condição sexual não são sinônimos e podem se combinar, ou não, de diversas formas. **Por identidade de gênero podemos compreender a identificação com as performances que cultural e antropologicamente construímos na trama das relações sociais.** Particularmente gosto bastante da definição “2 espíritos” que muitos povos originários no Brasil usam para explicar que existem pessoas com um único espírito e outras com dois espíritos, o que poderia ser “traduzido” para pessoas não-LGBTI+ (com um espírito só) e pessoas LGBTI+ (com dois espíritos), ou seja, pessoas que expressam um gênero só, seja masculino ou feminino e outras pessoas que estão entre o masculino e o feminino podendo também assumir exclusivamente a masculinidade ou a feminilidade. Povos originários do norte do continente americano indicam a existência de 5 gêneros: super masculino, masculino, inter, feminino e super feminino. Considere-se que são saberes advindos de fontes orais mas que expressam que não existem apenas dois gêneros, há, inclusive pessoas a-gênero e sua expressão mais conhecida é a não-binariiedade, comunidades dentro desta população que negam a existência apenas do masculino e do feminino, existindo outras possibilidades.

Os leitores precisam se atentar também que existem estudos sérios sobre gênero, aos quais não recorro, pois não fazem parte da minha área de estudo, trabalho com a categoria de conjunto população LGBTI+.

Importante frisar que identidade não se confunde com **orientação afetivo-sexual, esta representa as diversas formas como o ser humano vive o seu afeto e a sua**

sexualidade. Em termos bem simples, para onde meu coração e meus olhos miram revela que temos mais de uma forma de ser e expressar nosso afeto e nosso desejo. A palavra orientação não é a melhor, mas respeita esta diversidade e deve ser usada no lugar da palavra opção, afinal, em que dia e horário eu teria “optado” por ser um homem gay? Pergunto aos leitores, em qual momento vocês decidiram ser o que são? Homoafetividade, biafetividade, etc... são orientações tão genuinamente humanas quanto a heteroafetividade. Historicamente temos momentos de maior compreensão e outros de menor compreensão, pois as questões da sexualidade estão em disputa nas diversas civilidades existentes nas diferentes e contrastantes formas de organização da sociedade humana.

Já a LGBTI+fobia, objeto de meus estudos, é um fenômeno complexo e multifatorial que se materializa pela discordância de outras possibilidades afetivo-sexuais que não a impõe pela heterocisnormatividade. Em seus níveis mais básicos a LGBTI+fobia se manifesta pelas práticas de zoação, bullying e, em uma graduação perversa, passa pela discriminação, assédio moral-sexual chegando até o assassinato. Para o Grupo Gay da Bahia (GGB) e para a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) as práticas LGBTI+fóbicas se intensificam em nosso país, infelizmente e as políticas públicas ora avançam e ora recuam na garantia dos direitos humanos à população LGBTI+.

Os relatórios da ANTRA vêm denunciando, ano após ano, um cenário de extrema violência contra a comunidade T indicando que a média de vida de uma travesti, por exemplo, não chega a 40 anos de idade.

Tal definição indica a heterocisnormatividade como uma prática machista que coíbe a co-existência de diversas formas de ser e também de amar entre pessoas adultas e conscientes de seus desejos. A heteroafetividade não é uma regra, a condição cis não é a única possibilidade de constituição humana e ambas não são um padrão de normalidade.

Considero que o normal é a diversidade afetivo-sexual, e esta diversidade não está presente apenas entre nós, humanos, ela ocorre em outras espécies. Estudos e pesquisas diversas da área da Biologia como também da área das políticas públicas perpassando a pesquisa em educação abordam as consequências cruéis da heterocisnormatividade como uma prática de negação de direitos e também de invisibilização de uma população que

sempre existiu, seguem em luta por seu direito de existir e sempre existirá, pois é parte da condição humana também.

No que se refere às questões teóricas e também contraditórias gosto de recomendar os necessários aprofundamentos de estudos, por parte de todos, da pedagoga que irá alfaletrar crianças filhas de famílias LGBTI+ quanto da enfermeira que irá atender na Unidade de Saúde da Família o homemtrans grávido, como também da médica que cuidará, no SUS, de mulherestrans com próstata, só para citar alguns exemplos. Ficam aqui apontadas as páginas do GGB (<https://grupogaydabahia.com.br/>), da ANTRA (<https://antrabrasil.org/>) e também do Dossiê sobre marxismo, sexualidade e gênero (<https://marxismo21.org/marxismo-sexualidade-e-genero/>) além do curso que ministrei por meio da ART (<https://www.youtube.com/watch?v=FPQqnhNQMDk&t=678s>).

Pergunta 2: O *Atlas da Violência 2025* indica um aumento substancial nas notificações de violência contra a população LGBT+. Considerando as especificidades socioculturais do Mato Grosso do Sul como devemos interpretar esses dados? Você poderia compartilhar alguns dados nacionais e regionais do estado de Mato Grosso do Sul?

Resposta: Eu tenho trabalhado exclusivamente com os relatórios da ANTRA, existem outras organizações tão respeitadas quanto, mas são muitas fontes e não daria conta de todas, assim, recortei tais relatórios para seguir estudando o fenômeno LGBTI+fobia. Os dossiês são publicados em janeiro com dados do ano anterior, então, os dados que seguem são do dossiê de 2025 com dados do ano de 2024.

Considerando o recorte da pesquisa da ANTRA, os dados mais recentes apontam para o assassinato de 122 pessoas trans e travestis no Brasil. Esse número oscila, ano a ano, para mais e para menos, entretanto não há dado de nenhum ano em que ele tenha sido zerado, ou seja, o assassinato e também o suicídio são recorrentes em nosso país.

Considerando a série histórica de estudos, os dados de 2024 representam um aumento de 110% em relação ao ano de 2008, o que faz deste fenômeno algo a se considerar em uma país violento, fato, entretanto mais violento que outros no que se refere a esta comunidade que constitui a população LGBTI+.

Dos 27 estados/distrito federal brasileiros, Mato Grosso do Sul figurou como o 22º estado mais perigoso em 2024. Nos anos anteriores oscilou de posições piores, 11º em 2023 e 13º em 2022. O olhar frio da estatística aponta uma queda, mas nosso olhar é qualitativo e buscamos zerar esse número, para nós só haverá êxito quando nenhuma pessoa LGBTI+ for assassinada por ser quem é ou por viver como vive.

Uma nuance dos dados que chama a atenção é que a idade de pessoas trans assassinadas com menos de 18 anos vem diminuindo, segundo a ANTRA (2025) já tivemos pessoas de 13 anos (no ano de 2021) assassinadas por ser quem são. No ano de 2024 o registro apontou como vítima mais jovem da LGBTI+fobia uma pessoa de apenas 15 anos de idade. O dossiê aponta para a existência de uma transfobia estrutural, que perpassa questões de classe e também de raça e etnia.

Existem vínculos diretos entre LGBTI+fobia e racismo e no caso das pessoas trans, 78% das vítimas em 2024 eram trans negras (pretas e pardas).

Importante mencionar ainda que travestis e mulheres trans correm mais risco de serem assassinadas do que outras identidades trans/não binárias. Os crimes contra pessoas trans ocorreram em locais públicos no período da noite e essa comunidade ainda tem que lidar com práticas policiais e judiciais que se caracterizam, segundo a ANTRA (2025) pela falta de rigor no pós-crime (investigação, identificação e prisão dos suspeitos) sem contar que as vítimas queixosas e/ou testemunhas são mais tratadas como suspeitas do que como reclamantes dos serviços estatais de segurança e policiamento, enfim, uma sobrecarga de práticas LGBTI+fóbicas que favorecem a impunidade, logo, o asseveramento do fenômeno na realidade brasileira.

Pergunta 3: Considerando que a Revista ENSIN@ UFMS tem como foco o ensino e a formação de professores, gostaríamos de perguntar sobre a presença (ou não) do tema da LGBTI+fobia nos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas. Na sua análise, os cursos de formação de professores no Brasil incorporam o tema da LGBTI+fobia nos Projetos Pedagógicos, preparando os futuros professores para, nas palavras de Silva e Ferreira (2015), “se humanizar na valorização da diferença”, adquirindo uma postura docente “[...] que lhe permita olhar o outro com respeito.”?

Resposta: Temos um necessário e complexo, objeto de pesquisa nesta questão. Não tenho dados sobre pesquisas com este objeto. Em breve consulta ao nosso repositório institucional aparecem 10 menções quando se usa o termo LGBTfobia (sem o I e o +). Destes, dois trabalhos referem-se ao fenômeno no âmbito da UFMS, mas não especificamente a esta ou àquela área. Com a expressão de busca LGBTI+fobia o número de menções diminui para 7 considerando que um deles refere-se à anais de evento na área da História, não configurando assim as modalidades clássicas resultantes de pesquisas acadêmicas: TCCs, Dissertações ou Teses.

No que se refere à minha intervenção, sei que há pouco ou quase nenhum espaço curricular para a discussão da diversidade afetivo-sexual nos cursos em que trabalho. No caso da licenciatura onde concentro meu maior número de disciplinas temos um projeto no qual abordo com a turma do 3º semestre do curso tais questões, por meio de uma roda de conversa de três horas de duração, o que é muito pouco, mas já representa uma evolução. Em dois bacharelados na área da saúde em nossa unidade colabro em duas disciplinas com um crédito (15 horas) abordando as questões da diversidade afetivo-sexual da população LGBTI+. Também tenho atendido a convites de grupos PET para a realização de rodas de conversa com tal temática, o que é importante, mas nestes casos se resume aos estudantes vinculados a estas políticas de fomento à formação universitária. Em 2025 orientei uma pesquisa de graduação que denunciou a necessidade de uma disciplina específica que se volte para a temática da diversidade afetivo-sexual e do necessário enfrentamento à LGBTI+fobia (<https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/13450>). Nos limites da minha compreensão sobre a questão do currículo para a formação de professoras, enfermeiras e médicas acredito que a disciplina de Antropologia, no caso das licenciaturas, Antropologia Educacional, seria expressivamente benéfica no conjunto de esforços de implementar ações de educação para a sexualidade no sentido da superação da LGBTI+fobia.

Não se refere, unicamente, a criar uma disciplina, porém, a existência de uma disciplina representa avanço na ruptura do silêncio sobre as questões da sexualidade no conjunto da formação acadêmica na universidade, notadamente na área de formação em educação e também em saúde.

Pergunta 4: A união homoafetiva ou união estável entre pessoas do mesmo sexo foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal em 2011 e dois anos depois, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça aprovou uma resolução que determina que cartórios civis sejam obrigados a celebrar o casamento civil homoafetivo. Ainda em relação à formação dos futuros professores, eles estão preparados para lidar com as mudanças no modelo tradicional de família e evitar que a escola se transforme num local de preconceito e discriminação contra as crianças cuja família não siga o modelo tradicional? Como o docente pode utilizar essa legislação a seu favor para construir uma segurança jurídica e pedagógica para a abordagem sobre diversidade familiar?

Resposta: A formação de professores é uma área em disputa, existem projetos distintos de sociedades e estes têm na formação de professores objetivos distintos. Em linhas gerais há um movimento forte de defesa da formação crítica de professores (ora designados como crítico-reflexivos, ora como intelectuais críticos, etc...) que possam compreender o conjunto das atividades pedagógicas e didáticas em uma sociedade como a nossa. De outro lado, o neo-tecnicismo segue forte disputando esta formação, colocando os professores como técnicos tarefeiros, não intelectuais críticos. Nesta tensão a chamada “pauta dos bons costumes” busca excluir as famílias homoafetivas do cenário curricular; projetos como o “Escola sem Partido” são mais ostensivos neste sentido, aqui mesmo em Três Lagoas já tivemos que realizar atividades político-sindicais de enfrentamento a estas tentativas de controle do que se ensina e como se ensina. Isto posto, cabe perguntar, qual tipo de família não é tradicional? Crianças são educadas primariamente em famílias de todos os tipos, entre elas as famílias homoparentais. Não há “anormalidade” nos diferentes arranjos familiares desde que os direitos humanos das crianças sejam garantidos e respeitados, porém, a LGBTI+fobia existe e é fenômeno palpável, precisamos enfrentar as práticas de discriminação de crianças e jovens que, por exemplo, tem dois pais. Existem os que vão afirmar que dois pais não constituem uma família, pois então, isto é, LGBTI+fobia e no caso da realidade brasileira é crime!!! O STF também equiparou a LGBTI+fobia (homofobia e transfobia) aos crimes de racismo e injúria racial, logo, todos os arranjos familiares precisam ser reconhecidos como tal: famílias!!!

No caso das orientações curriculares, seja a nacional, a estadual-distrital e/ou a municipal, nenhuma delas pode excluir de seus conteúdos seja nos eixos curriculares da educação infantil ou nas disciplinas a partir do ensino fundamental os conteúdos relacionados à temática em questão nesta entrevista.

Mesmo a falsa celeuma em torno da retirada de termos como “gênero” e “orientação sexual” do texto da final da BNCC não excluíram o conteúdo, é só examinar as chamadas “competências gerais”, se lá estão o respeito aos direitos humanos lá está o respeito as famílias homoparentais, além dos conteúdos da área das ciências naturais e biologia, a ciência da vida, que contempla as múltiplas dimensões da existência humana, entre as quais das pessoas LGBTI+. Em diálogo profícuo entre a área do Currículo e da Didática pode-se depreender que à educação, formal e não-formal, deve-se buscar a promoção do respeito à diversidade, ela é a maior característica da humanidade. Somos diversos em vários sentidos e dimensões, assim devemos entender que é compromisso com uma formação integral que professores (e também enfermeiros, médicos e outros) respeitem a riqueza de modos e arranjos familiares, afinal, o que é a família? Em sentido lato: conjunto de pessoas vivendo sob o mesmo teto.

Uma última questão sobre este aspecto do enfrentamento à LGBTI+fobia: As políticas públicas vão organizar casas abrigo, inclusive para jovens LGBTI+ expulsos de seus núcleos familiares por serem quem são; não caberia perguntar: que família é essa que expulsa alguém de casa? Pois então...

Pergunta 5: Goetz e Campo (2021) afirmam que o tema LGBTfobia é um assunto negligenciado dentro do currículo e do planejamento escolar na educação brasileira. Poderia comentar essa afirmação? Realmente existe um silenciamento nos documentos oficiais sobre termos como gênero, orientação sexual e LGBTfobia? Caso afirmativo, quais são as implicações para a práxis do professor? Considera que, a ausência desses conceitos nos documentos norteadores acaba por retirar o amparo institucional necessário para o docente combater a discriminação no cotidiano escolar, deixando-o vulnerável?

Resposta: Lembramos ao leitor que existem projetos em disputa em nossa sociedade e o currículo, área consolidada em termos de pesquisas e embates, também está em disputa.

A área em que atuo, a Didática, flerta com a área do Currículo sem se confundir com esta. No cenário de revisão das orientações curriculares em nível nacional chegamos a uma nova base curricular que apaga os que podemos chamar de descritores “gênero” e “diversidade sexual”, entretanto, os conteúdos não foram apagados, fato. Gosto bastante de um ensaio que analisa esse processo apontando que o apagamento destes descritores “tornam abjetos os corpos transgressores na norma” (Evangelista e Gonçalves, 2022).

O movimento LGBTI+ organizado fez, faz e segue fazendo o enfrentamento (vale conferir nota da ABGLT de 2017 para compreender melhor o processo de resistência e luta)⁸, e cabe aqui lembrar a nossa concepção de professores como intelectuais críticos, o B de BNCC significa base, não há como “apagar” os conteúdos da diversidade sexual, da identidade, etc... Formamos professores críticos para a autonomia do planejamento do ensino como processo de pesquisa sobre o que se ensina e o como se pode melhor ensinar, não formamos professores para que façam a “cópia” das habilidades curriculares da BNCC (além de outros aparelhos curriculares considerando a co-existência de diferentes sistemas de ensino na realidade brasileira), os professores devem interpretar a base criticamente e eleger os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais necessários ao desenvolvimento integral das crianças da educação infantil e dos estudantes dos demais níveis da educação formal.

Para a Didática Crítica, planejar é pesquisar o que se ensina, não se trata de preencher um formulário estéril, mas sim de registrar decisões tomadas durante o processo de planejamento-pesquisa. Parece óbvio, mas não é, precisamos sempre lembrar que planejamento é um processo de pesquisa que proporciona aos professores a tomada de decisões didáticas, o registro destas decisões constitui o plano (seja ele um plano de rotina, de atividade, de aula, de reunião, ou ainda uma sequência ou um projeto didático) que servirá de guia para a execução do que foi decidido.

Especificamente sobre o apagamento das expressões, ressalto: não apagaram os conteúdos, o trabalho com a diversidade está mais do que garantido. Avançando, se em Ciências Humanas é necessário promover a reflexão sobre o sujeito histórico eu tenho que abordar a diversidade, o sujeito histórico é diverso e um dos elementos desta diversidade é a sexualidade. Considere ainda os temas curriculares cidadania, saúde e

⁸ <https://www.abglt.org/post/base-nacional-comum-curricular-n%C3%A3o-ao-retrocesso>

multiculturalismo além do decreto 1004/2023 que orienta as práticas do Programa Saúde na Escola, com fortes apontamentos da necessária educação para a sexualidade.

Como um estudioso da LGBTI+fobia destaco que é mais do que necessário fazer o enfrentamento às práticas LGBTI+fóbicas de apagamento e invisibilização da população LGBTI+ e há inúmeras formas de o fazer. Vale lembrar da máxima “não preciso ser LGBTI+ para lutar contra a LGBTI+fobia”, pois ela faz muito mal a toda a sociedade.

Pergunta 6: Considerando sua trajetória na UFMS e a atuação junto às licenciaturas, como você avalia a evolução da recepção acadêmica sobre as temáticas de gênero e diversidade? Houve uma mudança na cultura institucional ou as iniciativas ainda dependem excessivamente da militância individual de docentes e discentes?

Resposta: Nossa universidade, como em muitas outras também, ainda não se adotam as cotas para as pessoas trans, isso já dá uma ideia de como está a “evolução” da recepção não só à temática, mas ao conjunto das pessoas LGBTI+. Nos faltam também os núcleos de apoio à essa população. Eu vivi um ensaio de uma Liga para a promoção da educação para a sexualidade antes da pandemia de COVID-19 que pretendo retomar, no futuro, de modo mais formal. Esta experiência mostrou que temos demanda para uma Liga, pelo menos, como ação direta. A temática tem sido mais consistente nos objetos de pesquisa e os produtos começam a aparecer no nosso repositório institucional, esta entrevista, por exemplo é um grande avanço pois proporciona a quebra do silêncio e este é o primeiro passo. Romper o silêncio é difícil e representa um grande avanço. Há muito por fazer na universidade como um todo, mas temos áreas que considero estratégicas, entre elas a formação de professores e a de profissionais da saúde.

Pergunta 7: Frequentemente, as ações de combate à LGBTfobia nas instituições de ensino ocorrem de maneira pulverizada e voluntarista, dependendo quase exclusivamente da militância individual de docentes. Diante desse cenário, qual é a importância estratégica de institucionalizar essas iniciativas por meio do cadastro formal de projetos de ensino, pesquisa ou extensão? Como essa formalização pode garantir a perenidade das ações, protegendo-as de descontinuidades em trocas de gestão?

Resposta: Há uma relação clara entre esta questão e a anterior, mas antes, retomemos o que entendemos por LGBTI+fobia: **fenômeno complexo e multifatorial que se materializa pela discordância de outras possibilidades afetivo-sexuais que não a impõe pela heterocisnortatividade. Em seus níveis mais básicos a LGBTI+fobia se manifesta pelas práticas de zoação, bullying e, em uma graduação perversa, passam pela discriminação, assédio moral-sexual chegando até o assassinato.**

Como enfrentar esse fenômeno na universidade? O primeiro passo já foi estabelecido: romper o silêncio. O segundo está sendo dado: garantir ações seja dentro de disciplinas ou projetos, de diferentes naturezas. O terceiro, que almejo, é o da instituição de política de cotas nas universidades para a comunidade LGBTI+ mais atacada na realidade brasileira: as pessoas trans. Esses passos são universais e nesta ordem, não, é claro que não, mas são pontos na pauta da luta contra a LGBTI+fobia no Brasil. Gostaria que os leitores refletissem: quantas professoras/professores trans vocês tiveram em sua escolarização básica? Você que nos lê e é universitário, quantas professoras/professores trans você tem no seu curso? Estas perguntas dão a dimensão da luta contra a LGBTI+fobia.

Pergunta 8: É comum que a discussão sobre diversidade sexual nas licenciaturas seja alocada em disciplinas optativas ou em eventos/seminários na área, o que pode gerar uma segregação do tema. Considerando a sua visão e experiência, como deveria ser a arquitetura curricular para a diversidade ser compreendida como elemento indissociável da formação humana e docente?

Resposta: Retomando: o currículo da formação inicial de professores está em disputa!!! Eu, de minha parte, já fico bem feliz quando um curso consegue fazer uma roda de conversa sobre diversidade sexual. Fico satisfeita? Não, não fico, pois, comprehendo que há muito a ser feito e a LGBTI+fobia está entre nós em nossas relações. O desenho curricular precisa garantir os estudos antropológicos e especificamente na formação de professores, a antropologia educacional. Não estou me referindo ao título desta ou daquela disciplina, estou me referindo aos conteúdos em si mesmos. O respeito à diferença e à diversidade é um conteúdo conceitual, procedural e atitudinal importante e que pode promover,

diretamente, o enfrentamento da LGBTI+fobia. Temos uma produção significativa disponível em artigos em bases muito bem conceituadas, é necessário que passemos mais a ação dentro de nossos limites e capacidades. Por exemplo, em nosso campus já realizamos dois Encontros da Diversidade com docentes e estudantes de diferentes áreas. Temos a temática sendo abordada constantemente pelos grupos PET. É pouco? Prefiro ver em perspectiva: é o que conseguimos fazer e isto serve de estímulo para que reconheçamos que avançamos, mas podemos mais, claro.

Pergunta 9: Chegamos ao fim da nossa entrevista, gostaríamos de agradecer pela disponibilidade para responder nossos questionamentos e provocações. Gostaria de incluir mais alguma questão que não tenhamos incluído ou de deixar algum conselho ou recomendação para professores e futuros professores?

Resposta: Mas já... Agora que estávamos esquentando!!! Para finalizar quero, uma vez mais, agradecer pelo espaço. A abordagem desta temática, por meio desta entrevista, coloca a Revista Ensin@ UFMS no campo de luta contra a LGBTI+fobia.

Destaco que aprendi muito sobre o que eu estudo ao estruturar vários conceitos com os quais venho lidando desde que comecei a ler os dossiês da ANTRA, pude efetivamente delinear melhor a minha compreensão crítica do fenômeno LGBTI+fobia.

Mesmo como um marxista revolucionário que comprehende que só será possível superar a LGBTI+fobia em uma outra sociedade, deixo aqui algumas considerações necessárias: a) O enfrentamento à LGBTI+fobia é um compromisso político com uma sociedade saudável e justa para todos; b) Não há luta sem bases conceituais sólidas, então estudar as questões da sexualidade, da identidade e da própria LGBTI+fobia são, também, um direito; c) A universidade é o espaço para a gestação de um mundo melhor que este, então, também é o espaço de afirmação das identidades do conjunto da população LGBTI+.

Por fim: Abaixo a LGBTI+fobia já!!!

Referências

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **CNJ aprova resolução que obriga cartórios a realizar casamento homoafetivo**. Brasília, maio 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2013/maio/cnj-aprova-resolucao-que-obriga-cartorios-a-realizar-casamento-homoafetivo>. Acesso em: 30 dez. 2025.

EVANGELISTA, Anderson Pereira; GONCALVES, Rafael Marques. Gênero e diversidade sexual na base nacional comum curricular: descriptores ausentes que tornam abjetos os corpos transgressores da norma. *Rev. Exitus, Santarém*, v. 10, e020065, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602020000100238&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 dez. 2025. Epub 28-Mar-2022. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n0id1233>.

GOETZ, Ana Paula Moraes; CAMPO, Matteus Lirio. Sala de aula como um espaço para a discussão da LGBTfobia. **Docência e Trasngressão II**: planejar, resistir, criar. [recurso eletrônico] / organizadora Luciane Uberti ; coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021. 352 p. : pdf (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias).

OKITA, Hiro. **Homossexualidade**: da opressão à libertação. São Paulo, Editora Sundermann, 2015.

SILVA, Claudio Renato da; FERREIRA, Anthéia Augusta. Professores em Formação no PARFOR: A temática da homossexualidade na efetivação da política LGBTT na educação. **Polêm!ca**, V. 15, n.3, p.48-67. outubro, novembro e dezembro de 2015. DOI: 10.12957/polemica.2015.19353.

NOTAS

IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIA

Valdeci Luiz Fontoura dos Santos. Mestre em Educação na área de Formação de Professores pela UNESP. Especialista em Educação na área do Currículo e do Ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela UFMS. Habilitado para o Magistério da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pelo CEFAM Prof. Argemiro Machado Filho, Licenciado em Pedagogia com habilitação para o Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Magistérios das Matérias Pedagógicas e em Administração Escolar pelas FIRB. Coordenador, em parceria, a EnEduSA junto ao GForP. Membro da ANDIPE, militante na ART, na ATGLT e na ADUFMS – S.S. do ANDES – SN. Docente, Três Lagoas, MS, Brasil.

E-mail: valdeci.fontoura@ufms.br

ID <https://orcid.org/0000-0002-7405-8251>

Felipe Bernardino da Silva Lucas. Mestrando em Educação Matemática na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Instituto de Matemática/Cidade Universitária, Campo Grande, MS, Brasil. Membro dos grupos de pesquisas: Grupo de Estudos de Tecnologia e Educação Matemática (GETECMAT); Didática, Educação Sexual e Artes (DiESA) e Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação de Professores (GForP). E-mail: f.bernardino@ufms.br

ID <https://orcid.org/0009-0008-3240-2414>

Gerson dos Santos Farias. Doutor em Educação Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Instituto de Matemática (INMA), Cidade Universitária, Campo Grande. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas (DCET), Vitória da Conquista, BA, Brasil.

E-mail: gerson.farias@uesb.edu.br

ID <https://orcid.org/0000-0002-5941-8095>

Eugenia Brunilda Opazo Uribe, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Doutora em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL). Três Lagoas, MS, Brasil.

E-mail: eugenia.uribe@ufms.br

ID <http://orcid.org/0000-0002-9517-0007>

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista ENSIN@ UFMS – ISSN 2525-7056 o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY-NC-SA 4.0), que permite compartilhar e adaptar o trabalho, para fins não comerciais, reconhecendo a autoria do texto e publicação inicial neste periódico, desde que adotem a mesma licença, compartilhar igual.

EDITORES

Patricia Helena Mirandola Garcia, Eugenia Brunilda Opazo Uribe, Gerson dos Santos Farias.

HISTÓRICO

Recebido em: 28/12/2025 - Aprovado em: 31/12/2025 – Publicado em: 31/12/2025.

COMO CITAR

SANTOS, V. L. F.; LUCAS, F. B. S.; FARIAS, G. s.; uribe, e. b. o. o enfrentamento à lgbti+fobia na realidade brasileira: uma entrevista com O “Professor Fontoura” do CPTL/UFMS. **Revista ENSIN@ UFMS**, Três Lagoas, v. 6, n. 10, p. 424-440. 2025.